

O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA PERCEPÇÃO DOS SEUS SUJEITOS DE DIREITO: UM RELATO A PARTIR DA VIVÊNCIA DE JOVENS PROTAGONISTAS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL

Rogério Jose Melo Nascimento, Rayanne Pereira Gomes, Wálison Cavalcante Araújo, Célia Maria Freitas Guedes Amorim (Orientadora)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Iguatu

gacademico@m.ifce.edu.br

RESUMO

O trabalho se configura como um relato de experiência oriundo a partir da organização de uma mesa redonda com a temática “Jovens Protagonistas discutindo o Estatuto da Criança e do Adolescente” realizada no dia 14 de junho de 2017, que teve como público alvo alunos dos 9^º anos de uma escola pública de ensino fundamental, participantes do Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (PETECA) no município de Iguatu/CE. A atividade foi idealizada pelos alunos do 1^º e 3^º semestres do curso de licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - *Campus Iguatu* dentro das disciplinas de Legislação da Educação e Fundamentos Sócio-filosóficos e políticos da educação. O objetivo da atividade foi promover uma conscientização entre os alunos, público alvo do ECA, acerca dos seus direitos a partir de uma abordagem educacional e que fosse de maneira geral proveitosa para o contexto social ao quais estão inseridos os adolescentes, além de ser um momento enriquecedor para os organizadores da ação, cujo os mesmos se preparam para seguir a carreira de futuros docentes, visando assim um preparo em seus sentidos críticos e conhecimentos pedagógicos. A mesa redonda foi composta por um integrante do conselho tutelar do município em questão, um diretor escolar de uma escola filantrópica, um licenciando em Química, além de uma aluna e uma professora da escola convidada. Após a mesa, foi aplicado um questionário avaliativo para análise acerca do retorno de da atividade proposta, cujos dados apontaram para uma aprendizagem positiva por parte dos alunos.

Palavras-chaves: ECA, Formação cidadã, Educação.

INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - pode ser compreendido como um avanço nos direitos das crianças e jovens brasileiros pós-ditadura militar, passando a reconhecer esse grupo social como uma população que carece de atenção especial

em decorrência do seu desenvolvimento, devendo “[...] receber atenção prioritária e acesso garantido aos serviços e condições de saúde, alimentação, educação, lazer, cultura, esportes, profissionalização, dignidade e convívio social” (EDUARDO; EGRY, 2010, p. 19).

No decorrer dos seus 27 anos de existência, torna-se inegável o reconhecimento da materialização de diversos direitos antes negados às crianças e adolescentes brasileiros, todavia, ainda existem diversos impasses para a sua efetiva concretização a todo o seu público alvo, especialmente no que concerne saúde, moradia e educação, este último foco do presente estudo. Nesse contexto, o sistema educacional frente às políticas neoliberais de privatização da educação brasileira, deixam margens para a (re)produção das desigualdades socioeducacionais entre a população, especialmente em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Assim, “em se tratando de interface Educação e ECA, faz-se necessário repensar uma política educacional que zele pela inclusão, pelo convívio dos pares, pelo conhecimento científico e pelo conhecimento da realidade que possibilite agir sobre ela e transformá-la” (OLIVEIRA, 2009, p.7).

O presente relato surge a partir das discussões acerca do ECA nas disciplinas pedagógicas do curso de licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - *campus* Iguatu, que culminou na realização de uma mesa redonda com o tema “Jovens protagonistas discutindo o Estatuto da Criança e do Adolescente”, idealizada pelos alunos do 3º semestre do referido curso, cujo objetivo consistiu em apresentar e dialogar sobre o ECA com os seus sujeitos de direito, especialmente com crianças de uma escola pública da rede municipal de Iguatu/CE.

O ECA NO BREVIÁRIO DA ATIVIDADE PROPOSTA

A atividade desenvolvida consistiu na realização de uma mesa redonda intitulada “Jovens Protagonistas discutindo o Estatuto da Criança e do Adolescente”, realizada pelos alunos das disciplinas de Fundamentos Sócio-Filosóficos e Políticos da Educação (FSFPE) e Legislação da Educação Brasileira (LEB), do 1º e 3º semestre, respectivamente, do curso de licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *campus* Iguatu. Tal atividade teve como público alvo 42 alunos das duas turmas de 9º ano da Escola de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada no município de Iguatu/CE, integrante do Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (PETECA)¹.

¹ PETECA é um programa de capacitação idealizado no estado do Ceará que visa a formação de agentes para o combate ao trabalho e exploração infantil em parceria com o Ministério Público do Trabalho, a Universidade Federal do Ceará e a União de Dirigentes Municipais de Educação do Ceará.

A escolha da referida instituição se deu a partir da análise da mesma por parte dos licenciandos os quais constataram, dentre outros aspectos, os conflitos que envolvem as questões inerentes da pobreza e desigualdade social no ambiente escolar, bem como a ausência do conhecimento dos direitos desse público alvo, os quais estão evidenciados no ECA.

A mesa redonda foi composta por um representante do conselho tutelar do município de Iguatu/CE, o diretor da escola Marista Champagnat² do mesmo município, a coordenadora do PETECA da E.E.F. Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, uma aluna do 9^a ano da referida escola, além de um aluno do 1^o semestre do curso de licenciatura em Química do IFCE - *campus* Iguatu. Cada integrante dispôs de 15 minutos para expor sua fala acerca da temática que, após o final, foi aberto um espaço para debates entre os participantes do curso superior de Licenciatura em Química.

O evento foi realizado no salão nobre do IFCE - *Campus* Iguatu, unidade areais, no dia 14 de junho de 2017, às 14:00 De início, os alunos da escola de ensino fundamental foram recepcionados pelos alunos da licenciatura em Química para que pudessem conhecer a instituição, seus espaços e funcionamentos, bem como os cursos ofertados pela mesma, uma vez que por serem alunos prestes a ingressarem no ensino médio, estes poderiam, caso se interessassem, se matricularem no próprio IFCE – *campus* Iguatu, cujo ensino médio é ofertado de forma integrada ao ensino técnico. Posteriormente, destinou-se um intervalo para que os participantes fizessem um lanche e, em seguida, tivesse início a mesa redonda às 15:00h (figura 1).

Figura 1 – Mesa redonda



O primeiro integrante da mesa redonda a expor sua fala foi o diretor da Escola Marista Champagnat que abordou o tema “Direito conquistados pelos jovens e práticas sociais”, lembrando

² A escola Marista Champagnat de Iguatu é uma instituição de cunho filantrópica coordenada pela igreja católica Marista de Iguatu.

o contexto histórico que serviu como palco para as conquistas da população jovem brasileira, respaldando-se, todavia, nos aspectos jurídicos, éticos e legais da temática. Em seguida, a fala surgiu do representante do conselho tutelar com ênfase no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, elencando, ainda, as atribuições do conselho tutelar frente aos direitos do público alvo em questão.

Posteriormente, o aluno do curso de licenciatura em Química expôs a sua fala a partir da sua vivência enquanto estudante e líder juvenil do município no qual reside, bem como sua aproximação com atividades sociais de entidades como a Igreja Católica, por exemplo, bem como a importância da educação para a sua vida. Por fim, expuseram suas falas a professora coordenadora do PETECA e sua aluna da E.E.F. Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, sendo relatado suas experiências entre educação e convívio com jovens, bem como o papel da escola frente à essa temática, e então a mesa redonda é aberta a perguntas.

Ao final do evento, aplicou-se um questionário diagnóstico aos 42 alunos da escola participante com vistas a avaliar o evento como um todo, cujos dados serão apresentados e discutidos a seguir.

RESULTADOS ALCANÇADOS

O questionário aplicado consistiu, como apontado anteriormente, em avaliar o evento ora relatado, cujos dados obtidos encontram-se na tabela 1.

Tabela 1 – Dados referentes à avaliação final do evento

	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Avaliação do tema: estatuto da criança e do adolescente trabalhado na mesa redonda	69%	31%	-	-
Retorno em termos de aprendizagem após a ação.	47,6%	53,4%	-	-
Metodologia utilizada	40,5%	59,5%	-	-
Importância do ECA na formação cidadã dos participantes	76,1%	23,9%	-	-

Torna-se perceptível que 69% dos participantes consideraram a temática da mesa redonda como sendo ótima, e 31% como sendo bom, sendo uma avaliação positiva face ao contexto sócio

histórico e político em que vivemos na atualidade, cujos direitos das crianças e adolescentes em virtude de interesses da classe hegemônica estão ameaçados, especialmente face à precarização trabalhista em tempos de reformas governamentais neoliberais. Dessa forma, o evento complementou o que os alunos da escola selecionada já vinham trabalhando/estudando em seu cotidiano através do programa PETECA, o que foi algo positivo.

Com relação ao retorno do evento em termos de aprendizagem, 53,4% dos participantes consideraram como sendo “bom” o retorno que as atividades lhes trouxeram, seguidos de 47,6% que apontaram um retorno “ótimo” para sua aprendizagem. Tais dados carecem de uma reflexão levando em consideração que os referidos alunos já não se apresentavam como leigos no assunto, bem como a mesa redonda foi idealizada numa perspectiva mais básica considerando a faixa etária destes. Dessa forma, uma das possibilidades para os resultados aqui expostos é o fato de a mesa redonda ter abordado aspectos do ECA que os alunos já conheciam e/ou já haviam debatido em sala de aula. Foi pensando quais seriam os motivos pelo qual a ação não obterá um êxito maior, e sua justificativa esteja no resultado do próximo indicador, a metodologia que obteve um percentual de 40,5% de aprovação Máximo (ótimo) e 59,5% bom, no qual fez levantar as seguintes hipóteses, teria sido uma apresentação monótona e cansativa, ou seja uma interação mais lúdica surtiria um efeito mais desejado, visto que as ações que trabalham são voltadas para práticas dinâmicas e assim a mesa redonda poderia ter seguido uma abordagem mais interativa, sem tempos predeterminados e apresentações de músicas ou danças que interagissem com os adolescentes e fossem comuns ao seu meio.

Por sua vez, a avaliação que os alunos fizeram com relação à metodologia utilizada para a idealização da mesa redonda podem corroborar para o pensamento de que as discussões oriundas na mesa já não eram novidades para os alunos que desta participaram, os quais almejavam, talvez, uma metodologia mais interativa, embora nesta atividade houvesse momentos de participação para os participantes. Assim, percebe-se que 59,5% dos alunos consideraram a metodologia como sendo “boa”, e 40,5% como sendo “ótima”. Há de se levar em consideração, também, a curta duração da atividade, uma vez que a mesma não possibilitou uma abrangência maior acerca do ECA.

Por fim, o último item a ser avaliado referiu-se à importância do ECA para a formação cidadã dos alunos, onde 76,1% dos alunos afirmaram ser um tema muito importante para suas vidas, seguidos de 23,9% dos alunos disseram que o ECA seria de pouca relevância para sua formação. Por sua vez, este percentual pode ser considerado alto, uma vez que este corresponde a aproximadamente ¼ dos

alunos que participaram do evento e que não conseguiram visualizar no ECA um caminho para a materialização dos seus direitos enquanto sujeitos socialmente políticos e desiguais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da atividade, foi possível perceber um balanço positivo com relação à mesa redonda, uma vez que estimulou o protagonismo das crianças e dos adolescentes que ali se fizeram presentes, visualizando no ECA um caminho para a materialização dos seus direitos. Com relação ao questionário aplicado após a atividade, sugerimos que considerações sejam levantadas a respeito do percentual de alunos que não consideram o ECA como aspecto importante para a sua formação cidadã em trabalhos futuros, seja nesta ou em outra instituição de ensino.

AGRADECIMENTOS

GPEL-Grupo de pesquisa e estudos em Educação, Linguística e Letras.

REFERÊNCIAS

EDUARDO, L. P.; EGRY, E. Y. Estatuto da Criança e do Adolescente: a visão dos trabalhadores sobre sua prática. **Rev Esc Enferm USP**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 18-24, 2010.

OLIVEIRA, Z. L. Violência escolar: estratégias de enfrentamento. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2009, p. 1-11. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/11_educacao/violencia-escolar-estrategias-de-enfrentamento.pdf>. Acesso em 09 set. 2017.